

## ATA CONSELHO GERAL

8/3/2018

Aos oito dias do mês de março de dois mil e dezoito, pelas dezoito e trinta horas, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Tomada de posse de um representante da comunidade local
2. Eleição do presidente do conselho geral
3. Apreciação do relatório periódico de execução do Plano Anual de atividades (1º período).
4. Apreciação dos resultados do processo de autoavaliação (1º período).

Lida a ata da reunião anterior, foi aprovada com um voto contra de Sandra Cruz, representante dos Pais e Encarregados de Educação, da qual se regista a declaração de voto, fundamentada com o seguinte aditamento por ela requerido:

«O Conselheiro João Carvalho, representante dos Encarregados de Educação, apresentou algumas preocupações, designadamente: lamentou a falha na informação aos pais relativamente ao facto de, neste ano letivo, as aulas do primeiro ciclo começarem às oito horas e trinta minutos e o facto da informação ter sido colocada num powerpoint de apresentação aos pais sem que a ata tivesse sido aprovada.

Levantou a questão da regularidade e eventual validade da acta que terá aprovado o horário em vigor para este ano lectivo, 2017/2018, uma vez que, na referida acta apenas se terá recolhido o parecer favorável do projecto piloto desenvolvido junto de algumas turmas do Centro Escolar Luís de Camões que tinha como início da actividade lectiva às 8:45 e o terminus às 17:45 com o intuito de os alunos realizarem os trabalhos de casa dentro do contexto lectivo; bem como o Conselheiro cessante, José Novais, colocou à consideração do Conselho Geral, a possibilidade das auxiliares abrirem as portas às 8:45, o que permitiria aos pais chegarem atempadamente ao local de trabalho sem necessidade de ATL pela manhã, mantendo o início do período letivo às 9:00;

Foi ainda referido que não resulta da referida acta, de forma clara e inequívoca que o novo horário (8:30-17:30) foi colocado a votação; resulta apenas que foi emitido parecer favorável conforme definido na própria ordem de trabalhos.

Também foram reflectidas algumas inquietações tais como o problema do trânsito e a falta de motivação para a frequência das AECs.

Importa ainda referir que as questões levantadas pelo Conselheiro João Carvalho foram apoiadas pela Conselheira Sandra Cruz, representante dos Encarregados de Educação.»

Tendo a mesma conselheira sugerido, nos termos do n.º 4 do artigo 16º do Regimento Interno, a inclusão na ordem de trabalhos de «um problema actual: existência de ratos nos contentores da Escola Conde São Cosme», foi informada pelo diretor do Agrupamento de que o problema, que mereceu toda a atenção desde o início, está já resolvido, pelo que carece de pertinência a sua inclusão na ordem de trabalhos desta reunião, decisão que mereceu a aprovação do conselho geral.

Assim, dando início ao desenvolvimento da ordem de trabalhos, tomou posse Mónica Carvalho, representante da ACIP, entidade da comunidade local, que acedeu à cooptação decidida, como lhe competia, pelo conselho geral.

Constituído, assim, plenamente este órgão, procedeu-se à eleição do seu presidente, concretizando o segundo ponto da ordem de trabalhos. Para o efeito, foi formada a mesa eleitoral, composta por Leonel Rocha, representante da autarquia, Emídio Santos, representante dos docentes, e Sara Brito, representante dos docentes. Deram entrada na urna vinte votos, correspondentes aos membros presentes com direito a voto. Foram apurados os seguintes resultados: votos nulos – um; votos válidos – dezanove; Emídio Santos – um voto; João Paulo Braga Silva – catorze votos; Jorge Carvalho – três votos; Leonel Rocha – um voto. Assumiu, pois, o cargo de presidente do conselho geral João Paulo Braga Correia da Silva, representante dos docentes.

No âmbito do ponto três, o conselho geral fez a apreciação do relatório periódico de execução do Plano Anual de atividades (1º período). O diretor do agrupamento realçou os bons resultados obtidos pelos alunos em provas desportivas; sublinhou ainda a participação do Agrupamento no Parlamento Europeu, a realizar do dia dez ao dia catorze de abril.

No que concerne à apreciação dos resultados do processo de autoavaliação (1º período) – quarto ponto da ordem de trabalhos –, Leonel Rocha, representante da autarquia, chamou a

atenção para uma passagem do documento “Plano de Melhoria – Avaliação do Sucesso Académico (1º período) – Ensino Básico e Cursos Científico-Humanísticos”, referente à reflexão dos professores de História e Geografia de Portugal e História, segundo a qual: «O abismo que se vem acentuando entre os obsoletos programas curriculares e a realidade virtual, digital-android dos nossos alunos, bem como as novas realidades familiares e todos os complexos desejos/ansiedades/inquietudes/ desorientações... dos nossos alunos se traduzem num emaranhado de contradições que se vivem na sala de aula que nem as parcas, filhas da noite, divindades que controlam e tecem o destino dos mortais e determinam o curso da vida humana, decidindo questões como vida e morte, de maneira que nem Zeus poderia contestar suas decisões, conseguem desembaraçar...

Nesta “Twilight zone” em que se vive na sala de aula há a acrescentar a crescente intervenção de atores, desde Encarregados de Educação às políticas educativas municipais, que olham para o professor/a como o “fazedor de milagres”, quando estes não acontecem o principal suspeito é ele/a.» Além de considerar inapropriados para um documento deste tipo a linguagem e o estilo usados na redação da reflexão citada, Leonel Rocha lamenta e repudia que o município e os encarregados de educação sejam visados nesses termos, sublinhando que o município nada tem a ver com os programas e as atividades da disciplina de História do segundo e terceiro ciclos. Ressaltou ainda que nestes relatórios devem estar bem definidas e descritas as estratégias de articulação; lamentou também que os professores apontem como dificuldades dos alunos a ausência de pré-requisitos, pondo assim em causa o trabalho efetuado nos ciclos e anos anteriores.

A reflexão prosseguiu, com o diretor do agrupamento a lembrar que o documento em causa fora validado pelo conselho pedagógico, incorporando os contributos de cada subdepartamento. Frisou também que é importante que estas reflexões sobre o insucesso escolar não caiam nos lugares-comuns que se costumam reproduzir em documentos desta natureza. Realçou, ainda, a escassez de recursos no gabinete de psicologia, considerando que dois psicólogos não são suficientes para o número de alunos do Agrupamento.

Interveio Marco Magalhães, representante da autarquia, para repudiar terminantemente o supracitado excerto do documento, considerando-o ofensivo para o município e para os encarregados de educação. Solicita, pois, um esclarecimento e uma justificação a trazer à próxima reunião do conselho geral.

Jorge Carvalho, representante dos docentes, sublinhou que o documento em análise resulta do trabalho dos subdepartamentos e mostrou-se solidário com os colegas que

expenderam as considerações em questão, particularmente no que concerne às pressões a que os professores estão cada vez mais sujeitos relativamente à avaliação dos alunos, sendo constantemente responsabilizados pelo insucesso escolar.

Carla Gonçalves, representante dos encarregados de educação, entende o desabafo dos professores, mas julga infelizes as considerações em análise, pois delas transparece a ideia de que os encarregados de educação são os culpados pelos problemas dos alunos. Considera que o elevado número de alunos por turma, por exemplo, é um problema que deveria merecer atenção por parte da direção do Agrupamento.

Antes de terminar a reunião, e já no âmbito de outros assuntos, Vítor Martins, representante dos encarregados de educação, pronunciou-se acerca dos problemas de trânsito que se verificam, às horas de maior afluência, nas imediações das escolas do centro da cidade, lamentando que as autoridades não intervenham para evitar situações caóticas. Marco Magalhães, representante da autarquia, informou que os agentes da autoridade fizeram ações de sensibilização para que os condutores evitem parar em segunda ou terceira fila. Considera que este é fundamentalmente um problema de civismo. Jorge Carvalho, representante dos docentes, sugeriu que o desfasamento no toque de início das aulas nas duas principais escolas poderia atenuar o problema. Leonel Rocha, representante da autarquia, lembrou que essa solução era inviável para os transportes públicos, mas um desfasamento de entrada de turmas já poderia resultar.

Presidente da reunião: João Paulo Braga C. Silva

Secretário: Sara Brito